

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE “NOVAS” COMPETÊNCIAS NO IFMA

Fabíola da Conceição Lima MONTEIRO (1); Ilzeni Silva DIAS (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Av. Getúlio Vargas, nº 04, Monte Castelo, São Luís – MA, e-mail: fabiolamonteiro@ifma.edu.br

(2) Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Av. dos Portugueses, s/nº., São Luís – MA, e-mail: ilzedias@hotmail.com

RESUMO

Este texto integra um projeto de pesquisa do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Objetiva estudar o processo de formação do trabalhador diante das novas configurações desenvolvidas pelo Instituto Federal do Maranhão – IFMA, *Campus* Monte Castelo, localizado em São Luís - MA. Busca compreender o movimento e as contradições que historicamente têm marcado as relações entre educação e mundo do trabalho, refletindo na formação profissional. A pesquisa tem fundamentação teórica nos autores Cunha (1980), Kuenzer (1987), Ramos (2006), Shiroma (2007), Zarifian (2003), dentre outros. O percurso metodológico compreende análise bibliográfica, documental e pesquisa empírica com coleta de dados, utilizando como instrumento a entrevista semi-estruturada. Assim, pretende refletir sobre os entraves e as perspectivas das políticas educacionais para a formação profissional que se desenvolvem nessa instituição de ensino voltada para a formação do trabalhador.

Palavras-chave: educação, trabalho, competência, formação profissional.

1 INTRODUÇÃO

Toda a efervescência que assombra o mundo desde o século XVIII, mais intensamente, com o raiar do século XXI, não passou despercebida no Brasil, ao contrário, tem muitas histórias para contar. Com essa intenção, antes de iniciarmos nossa análise, buscaremos na história da educação profissional do nosso país alguns elementos que poderão nos auxiliar nessa tarefa.

No âmbito da economia, nossa sociedade foi durante muitas décadas, acentuadamente agrário-exportadora, predominando no sistema de produção as relações pré-capitalistas de trabalho escravo, inicialmente devido circunstâncias que dispensavam qualificação profissional dos trabalhadores e, posteriormente, por meio da utilização do trabalho dos imigrantes.

Nesse contexto, ressaltamos não ser nossa pretensão recontar a história, mas, reconhecendo que tudo de que dispomos foi historicamente produzido, nos aventuramos a examinar o passado, pois, compartilhamos com o pensamento de Romanelli (1997, p. 19) que a forma como se origina e evolui uma cultura define bem a construção do seu processo educativo.

Como resultado, a história testifica que o trabalho e a aprendizagem de um ofício eram compulsórios para crianças e jovens que não tivessem escolha, os quais, escravos, crianças largadas nas Casas da Roda¹, “meninos de rua”, delinquentes e a outros desafortunados (CUNHA, 2000, p. 23).

¹ “A ‘roda’ era uma invenção medieval trazida para o Brasil Colônia, onde desempenhou importante papel na destinação de crianças enjeitadas, um subproduto do regime escravista. Consistia numa janela de hospital, convento ou casa de caridade, na qual se fixava um cilindro com aberturas nos lados (roda) que girava sobre um eixo vertical, de modo que uma pessoa, passando pela rua, podia depositar aí uma criança, sem ser vista do lado de dentro. Girando-se a ‘roda’, a criança era retirada do lado de dentro do edifício. Era uma forma institucionalizada de se abandonar uma criança aos cuidados de uma entidade caritativa, mais tolerada do que largá-la nas escadarias das igrejas. [...] No Brasil, foram criadas treze ‘rodas’ [...]” (CUNHA, 2000, p. 23).

Assim, diante dessa temática, propomos uma análise dos limites e das perspectivas da formação profissional no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão - IFMA, com vistas a identificação do tipo de formação profissional que tem se materializado no contexto brasileiro.

2 EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: conhecendo um pouco da história do IFMA

O político brasileiro Nilo Procópio Peçanha (1867-1924), eleito em 1903, presidente do Estado do Rio de Janeiro e, em 1906, vice-presidente da chapa de Afonso Pena, assumiu após o falecimento desse a presidência da república, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910.

Durante seu governo, Nilo Peçanha, criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e inaugurou em 1909 o “ensino técnico” no Brasil, com o Decreto nº. 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Entre as escolas criadas nesse mesmo ano, destacamos a Escola de Aprendizes Artífices de São Luís, que funcionou por 32 anos no antigo prédio dos Educandos Artífices no bairro do Diamante, edifício construído no ano de 1813. Muito fizeram as autoridades competentes no sentido de o adaptarem convenientemente, sendo gastos, entre 1910 e 1930, CR\$ 315.236,20, com a conservação do edifício e aquisição de máquinas e mobiliários (IFMA, 2010).

Em 1936, identificamos o registro do lançamento da pedra fundamental da Escola, na Avenida Getúlio Vargas, local hoje onde está instalado o IFMA, *Campus* São Luís - Monte Castelo. Em 1937, passa a denominação de Liceu Industrial de São Luís, sendo desvinculado do Ministério da Agricultura e subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, passando a ministrar ensino profissional em nível de primeiro ciclo. Nesse contexto a escola de 1914 a 1944 expedirá 97 alunos, sendo que a maior turma desse período foi de 10 alunos, em 1917 (IFMA, 2010, p. 12).

Com a Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-Lei n. 4.073/1942 – surgem as Escolas Técnicas Industriais, o que possibilita estender o ensino industrial ao segundo ciclo, garantindo aos portadores de diplomas de cursos técnicos o ingresso nas escolas superiores, como forma de articulação entre a aprendizagem profissional e outras modalidades de ensino, derrubando o preconceito de que servia apenas para os “desfavorecidos” da sorte. Por intermédio do Decreto-Lei nº. 4.127/1942, foram estabelecidas as bases da organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial e instituídas as escolas técnicas federais, entre elas a Escola Técnica de São Luís (IFMA, 2010; SHIROMA, 2007; CUNHA, 2000).

A nova organização administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial é determinada pela Lei nº. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que garante autonomia didática, financeira e administrativa às Escolas Técnicas, as quais passaram a ser administradas por um Conselho de Representantes, a quem cabia a escolha de seu diretor, havendo também um Conselho de Professores como órgão de direção didático-pedagógica.

Em 1961, funcionavam ainda os Cursos Técnicos de Estradas e de Agrimensura, com uma matrícula de 18 e 35 alunos, respectivamente. Nesse ano, entrou em funcionamento o curso de Mecânica de Automóveis. Ao lado dos Cursos Industriais Técnicos, funcionavam os Cursos Industriais Básicos: Mecânica de Máquinas (34 alunos matriculados); Máquinas e Instalações Elétricas (50 matrículas); Serralheria (23); Marcenaria (14); Alfaiataria (19) e Artes do Couro (9).

Por meio da Portaria 239/65 de 03 de setembro, segundo disposto na Lei 4.795, de 20 de agosto de 1965, passou a instituição ser denominada Escola Técnica Federal do Maranhão. No ano de 1987 foram iniciados os cursos técnicos da Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz - UNEDI.

Em 1989, a Escola Técnica Federal do Maranhão, através do Decreto nº. 97.561, de 2 de março, foi autorizada pelo Governo Federal a implantar e desenvolver cursos superiores de graduação. Posteriormente, à semelhança dos Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, e através da Lei nº. 7.863 de 30 de outubro de 1989, a Escola Técnica Federal do Maranhão é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.

Em 2008, no bojo das políticas para Educação Profissional e Tecnológica - EPT em curso no país foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dentro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação que criou os Institutos Federais, entre eles o IFMA, mediante integração do CEFET-MA e das Escolas Agrotécnicas Federais do Maracanã, Codó e São Raimundo das Mangabeiras, autarquia com atuação no Estado do Maranhão, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com sede em São Luís.

Nesse sentido, a conjuntura histórica atual da EPT brasileira assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e com a intensificação e diversificação das atividades, visando atender os níveis de ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Pós-graduação *Stricto e Lato Sensu*.

A história da Rede Federal de EPT está fundamentada numa construção de 100 anos, cujas ações iniciais eram instrumentos de uma política voltada para as “classes desprovidas” e hoje se configuram como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Diante disso, observamos que esse momento histórico é favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ator da produção científica e tecnológica nacional, especialmente, porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

3 NOVAS CONFIGURAÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: resultados preliminares

Consideramos oportuna a afirmação de Pacheco (2009, p. 7) quanto ao objetivo central da formação para o mundo do trabalho, a qual poderia ser tanto de um técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. Portanto, destacamos que a expansão dos Institutos Federais, antes de qualquer coisa, deverá priorizar a proposta de uma escola comprometida com uma sociedade mais justa, ressaltando a valorização da educação e das instituições públicas. Para além da estrutura institucional estatal e dos processos de gestão, mas, principalmente na dimensão política, em virtude de uma educação profissional como política pública (PACHECO, 2009, p. 13).

Nessa perspectiva, apresentamos algumas informações estatístico-educacionais de uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a partir de 2001, sob a coordenação da Diretoria de Estatísticas da Educação Básica (DEEB), responsável pelo Censo Escolar, que incluiu no instrumento de coleta campos para o registro de informações sobre a educação profissional técnica de nível médio. Os resultados da pesquisa correspondem ao período de 2003 a 2005 e revela a expressiva expansão da educação profissional técnica de nível médio no Brasil (ver Tabela 1), com crescimento de, aproximadamente, 26,9% para o período analisado, totalizando em 2005, 748 mil alunos distribuídos em 20 áreas profissionais², em 3.294 escolas. Além disso, incluem informações detalhadas por área profissional, de acordo com o Decreto nº. 5.154/2004 (BRASIL, 2008).

Tabela 1 – Estabelecimentos e Matrículas da Educação Profissional de Nível Médio, 2003 a 2005.

Ano	Estabelecimentos	Variação % em relação ao ano anterior	Matrículas	Variação % em relação ao ano anterior
2003	2.789	-	589.383	-
2004	3.047	9,3	676.093	14,7
2005 ¹	3.294	8,1	747.892	10,6

Fonte: MEC/Inep - Censo Escolar 2003 a 2005.

1 - Inclui as três formas de articulação com o ensino médio.

Esse período revela um aumento significativo de 505 estabelecimentos (18,1%) e de aproximadamente 158 mil matrículas (26,9%). De modo geral, os dados evidenciam a expansão dessa modalidade de ensino, que

² Aqui estamos utilizando a expressão “áreas profissionais”, conforme utilizado pelo Inep, contudo, destacamos que a partir de 2008 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica desenvolveu e lançou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, obedecendo às orientações da Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008 que altera dispositivos da Lei nº 9.394/1996, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Como nova redação para o art. 39, § 1º, temos: “Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino” (BRASIL, 2009, p. 1).

contava nesse período com um conjunto de estabelecimentos públicos (federal, estadual e municipal) e privados (particular, confessional, comunitário e filantrópico), caracterizando-se como Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Centros de Educação Tecnológica, Centros de Formação Profissional, Associações/Escolas, entre outros (BRASIL, 2008).

As informações coletadas pelo Inep revelam a significativa participação dos estabelecimentos privados por volta de 71,2% em relação aos estabelecimentos com dependência administrativa estadual 19,9%, federal 4,7% e municipal 4,2% (Tabelas 2).

Tabela 2 – Estabelecimentos por Dependência Administrativa, 2003 a 2005 - Brasil.

Ano	Total	Estabelecimentos por Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada ³	
		n	%	n	%	n	%	n	%
2003	2.789	138	4,9	553	19,8	115	4,1	1.983	71,1
2004	3.047	143	4,7	602	19,8	130	4,3	2.172	71,3
2005	3.294	147	4,5	659	20,0	138	4,2	2.350	71,3

Fonte: MEC/Inep/DEEB - Censo Escolar 2003 a 2005.

Essas novas configurações na EPT entre outros aspectos observados ao longo das últimas décadas resultam da busca de uma maior interação da sua organização com o mundo do trabalho. Podemos observar os reflexos dessa interação na Tabela 3, com base na classificação definida na Resolução CNE/CEB nº 04/1999, que estabelece as competências profissionais e as cargas horárias mínimas para cada habilitação. Sendo ao todo vinte áreas profissionais (BRASIL, 2010).

Tabela 3 – Matrículas da Educação Profissional, por Ano e Área Profissional.

Área Profissional	Matrículas da Educação Profissional					
	2003		2004		2005 ⁴	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	589.383	100,0	676.093	100,0	747.892	100,0
Agropecuária	39.135	6,6	46.239	6,8	50.485	6,8
Artes	5.782	1,0	5.625	0,8	8.190	1,1
Comércio	6.676	1,1	6.683	1,0	5.522	0,7
Comunicação	4.063	0,7	5.005	0,7	8.242	1,1
Construção Civil	13.767	2,3	14.025	2,1	14.379	1,9
Desenvolvimento Social e Lazer	6.733	1,1	18.605	2,8	18.632	2,5
Design	5.997	1,0	7.625	1,1	7.413	1,0
Geomática	1.403	0,2	1.145	0,2	1.399	0,2
Gestão	87.407	14,8	89.418	13,2	110.849	14,8
Imagem Pessoal	963	0,2	579	0,1	1.052	0,1
Indústria	109.559	18,6	114.741	17,0	132.976	17,8

³ Entre os estabelecimentos privados destacamos o Sistema S, que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social, mantidos por contribuições parafiscais das empresas privadas: SENAI/SESI (Indústria), SENAC/SESC (Comércio e Serviços, exceto bancos), SENAT/SEST (Transporte sobre pneus), SEBRAE (Atendimento a micro e pequenas empresas), entre outros. (MANFREDI, 2002).

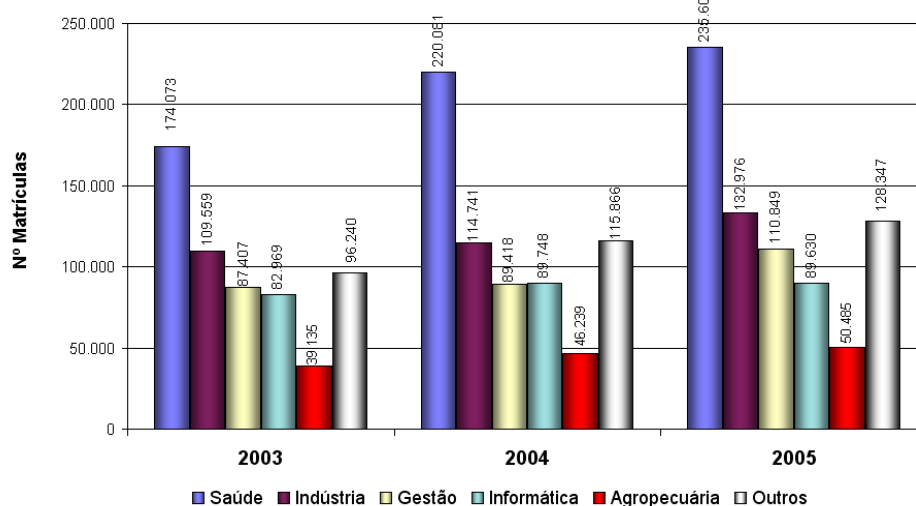
⁴ A organização da pesquisa, no ano de 2005, tomou-se por base as diretrizes do Decreto nº. 5.154/2004, que regulamentou a articulação dos cursos e programas da educação profissional técnica com o ensino médio, nas formas *integrada*, *concomitante* e *subseqüente*. Neste sentido, consta que o bloco específico da coleta dos dados da Educação Profissional foi destinado ao registro das informações sobre as formas *concomitante* e *subseqüente*, pelo fato de os alunos estarem cursando ou já terem cursado o ensino médio, com **matrículas distintas** para os dois cursos (ensino médio e educação profissional). Assim, os números referentes à forma *integrada* foram registrados no bloco do ensino médio, onde o aluno cursa no mesmo currículo a educação profissional, com uma **única matrícula** para os dois cursos.

Informática	82.969	14,1	89.748	13,3	89.630	12
Meio-Ambiente	6.618	1,1	8.410	1,2	11.084	1,5
Mineração	1.318	0,2	1.588	0,2	2.480	0,3
Química	18.068	3,1	21.580	3,2	26.142	3,5
Recursos Pesqueiros	358	0,1	172	0,0	122	0,0
Saúde	174.073	29,5	220.081	32,6	235.605	31,5
Telecomunicações	12.536	2,1	11.811	1,7	9.842	1,3
Transportes	1.378	0,2	2.236	0,3	1.891	0,3
Turismo e Hospitalidade	10.580	1,8	10.777	1,6	11.957	1,6

Fonte: MEC/INEP/DEEB - Censo Escolar de 2003 a 2005

Para esse período as informações indicavam o progressivo aumento do número de alunos nos cursos da área de Saúde. Outras áreas representativas quanto ao número de alunos foram: Indústria, Gestão e Informática. Nos cursos de Indústria (em torno de 21,4%,) e de Gestão (em torno de 26,8 %) as matrículas se mantiveram constantes. Enquanto outras áreas ficaram inexpressivas em relação à quantidade de alunos, como Recursos Pesqueiros, Mineração, Geomática e Transportes (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Matrículas no Educação Profissional, por Ano, segundo a Área Profissional, 2003 a 2005 - Brasil



Fonte: MEC/INEP/DEEB - Censo Escolar de 2003 a 2005.

Outro ponto importante a considerar é a análise dos alunos segundo o sexo, conforme se pode observar na Tabela 3, a seguir apresentada.

Tabela 3 – Matrículas da Educação Profissional, por Ano e Sexo.

Área Profissional	Matrículas da Educação Profissional								
	2003			2004			2005		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
Brasil	589.383	300.820	288.563	676.093	335.532	340.561	707.263	351.403	355.860
Agropecuária	39.135	29.870	9.265	46.239	34.870	11.369	42.837	31.726	11.111
Artes	5.782	2.268	3.514	5.625	2.461	3.164	8.190	3.680	4.510
Comércio	6.676	3.952	2.724	6.683	3.715	2.968	8.225	4.890	3.335
Comunicação	4.063	1.768	2.295	5.005	2.290	2.715	4.799	2.175	2.624
Construção Civil	13.767	8.490	5.277	14.025	8.561	5.464	13.500	7.933	5.567
Desenvolvimento Social e Lazer	6.733	1.234	5.499	18.605	2.140	16.465	15.462	1.881	13.581
Design	5.997	2.252	3.745	7.625	2.628	4.997	7.391	2.299	5.092

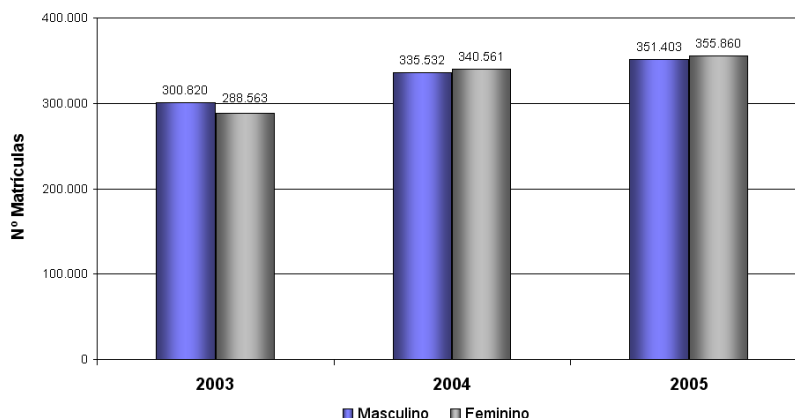
Geomática	1.403	938	465	1.145	820	325	1.379	836	543
Gestão	87.407	31.834	55.573	89.418	33.135	56.283	102.408	37.095	65.313
Imagem Pessoal	963	180	783	579	27	552	1.052	62	990
Indústria	109.559	96.002	13.557	114.741	103.711	11.030	128.153	114.436	13.717
Informática	82.969	53.136	29.833	89.748	57.688	32.060	80.765	51.539	29.226
Meio-Ambiente	6.618	3.853	2.765	8.410	4.626	3.784	10.407	5.645	4.762
Mineração	1.318	973	345	1.588	1.119	469	2.112	1.502	610
Química	18.068	10.331	7.737	21.580	12.171	9.409	24.970	13.619	11.351
Recursos Pesqueiros	358	237	121	172	125	47	114	87	27
Saúde	174.073	40.171	133.902	220.081	52.238	167.843	233.493	60.921	172.572
Telecomunicações	12.536	9.304	3.232	11.811	8.504	3.307	9.190	6.454	2.736
Transportes	1.378	1.015	363	2.236	1.581	655	1.581	1.132	449
Turismo e Hospitalidade	10.580	3.012	7.568	10.777	3.122	7.655	11.235	3.491	7.744

Fonte: MEC/INEP/DEEB - Censo Escolar de 2003 a 2005.

Nesse período, os dados da pesquisa revelam equilíbrio entre a quantidade de alunos do sexo masculino e feminino. No ano de 2003, predominavam os alunos do sexo masculino (em torno de 2,0% a mais) em relação aos alunos do sexo feminino. Nos últimos dois anos (2004 e 2005), porém, a quantidade de mulheres foi maior do que a de homens (50,4%, em 2004, e 50,3%, em 2005).

Um dos fatores que contribuiu para mudança dessa distribuição foi o crescimento da área de Saúde, onde cerca de 70,5% dos alunos são mulheres nos três anos. Nas áreas profissionais de Gestão, Artes, Comunicação, Desenvolvimento Social e Lazer e Turismo e Hospitalidade também predominam as mulheres. Em outras áreas, notadamente na Indústria e Agropecuária, a grande maioria dos alunos é de homens (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Matrículas da Educação Profissional, por Ano, segundo o Sexo, 2003 a 2005 - Brasil



Fonte: MEC/INEP/DEEB - Censo Escolar de 2003 a 2005.

Acreditamos que seja necessário um estudo mais profundo das áreas em destaque, tendo em vista essa expressiva demanda de jovens nos últimos anos para esses cursos. Mas, buscando perceber efetivamente como o trabalho se constitui em princípio educativo, frente às novas exigências do mercado de trabalho. Com base nas constatações de Gadrey (2001, p. 38), do ponto de vista da participação no emprego em relação ao emprego total no final do século XX nos países desenvolvidos, um grupo de serviços progrediu nitidamente, entre eles: saúde, alimentação, educação, associações.

Portanto, os resultados acima contribuem para dimensionar a educação profissional na nossa Região, especialmente, no Estado do Maranhão e avaliar sua importância na reorganização educacional proposta pela Lei nº 9.394/1996. Assim, no contexto atual da economia capitalista, devemos estar atentos às tendências para melhor delimitar o espaço da educação profissional. É claro que ela não é garantia de emprego, mas tem importante papel social a cumprir, como procuramos mostrar no percurso histórico que construímos até aqui.

Essas novas configurações que se desenham com a reforma da educação profissional, a partir do Decreto n.º 5.154/2004, apesar dos limites e contradições que apresenta, acena com novas possibilidades para a formação do trabalhador, ao prever o desenvolvimento do ensino médio e técnico em um mesmo currículo, possibilitando, a construção de um paradigma de educação tecnológica mais compatível com as demandas do mundo do trabalho e com o exercício da cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES

A formação profissional do trabalhador se apresenta como um desafio constante por uma educação básica sólida, sobre a qual se construirá uma educação profissional adequada, de modo a permitir que o trabalhador articule à sua capacidade instrumental as capacidades de pensar, de criar, de planejar, etc.

Nessa direção o IFMA, mesmo com todas as adversidades, na direção de uma formação profissional básica, unitária, politécnica, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e de democracia efetiva. Compreendendo que competência para Zarifian (2003) propõe ser a capacidade que os trabalhadores têm de enfrentar situações e acontecimentos próprios de um campo profissional, com iniciativa e responsabilidade, guiados por uma inteligência prática e coordenando-se com outros atores para mobilização de suas próprias capacidades.

Ainda, Ramos (2006) aponta que a noção de competência torna-se um “código privilegiado”, pois se presta às análises dos processos de trabalho e consegue levar para os currículos escolares os conteúdos do trabalho, aproximando mundo da escola e mundo da produção.

São questões como essas que revelam os entraves e as perspectivas históricas da afirmação de uma educação profissional voltada para a formação do trabalhador, que reiteram a importância da realização do estudo acerca da formação profissional que se desenvolve no contexto do IFMA, *Campus* Monte Castelo, buscando elucidar como essa formação se consolida no processo formativo.

Assim sendo, o percurso metodológico traçado pretende apreender o objeto de estudo, penetrando na sua essência para ultrapassar o que se manifesta em sua aparência, capturando-o na sua historicidade. Tendo como sustentação o entendimento, que este é um fenômeno histórico, em contínua transformação, síntese de múltiplas determinações e movido por contradições que o reconstrói.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/1999**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=res-cne-ceb-04-1999>> Acesso em: 23 mar. 2010.
- _____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: SETEC/MEC. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2009.
- _____. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica**. 7. ed. Brasília: SETEC/MEC, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, Brasília: Flacso, 2000.
- GADREY, Jean. Emprego, produtividade e avaliação do desempenho dos serviços. In: SALERNO, Mario Sergio. **Relação de Serviço: produção e avaliação**. São Paulo: SENAC, 2001.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Projeto Político Pedagógico**. São Luís, 2010.
- MANFREDI, Silva Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências**: autonomia ou adaptação?. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto [et al]. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ZARIFIAN, Philippe. **O Modelo da Competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. Tradução: Eric Roland René Heneaul. São Paulo: SENAC, 2003.